



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001, no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP) e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor Roberto de Oliveira Campos Neto, CPF nº 078.602.017-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 23 de fevereiro de 2026.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos



a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, para investigar o mecanismo de fraudes identificado no instituto nacional do seguro social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.

No curso das investigações, vieram à tona informações amplamente divulgadas pela imprensa acerca da atuação do Banco Master, instituição financeira que manteve expressiva atuação no mercado de crédito consignado vinculado a beneficiários do INSS e que se encontra no centro de apurações relacionadas a irregularidades nessas operações.



Reportagens apontam que, durante a gestão de Roberto de Oliveira Campos Neto à frente do Banco Central do Brasil, teriam sido emitidos diversos alertas técnicos relacionados ao Banco Master, envolvendo riscos e inconsistências em sua atuação. Também foram noticiadas discussões internas acerca da sustentabilidade de determinadas operações da instituição e de sua exposição a recursos de fundos e regimes próprios de previdência.

Considerando que o Banco Central é o órgão responsável pela regulação e supervisão do sistema financeiro nacional, compete a esta Comissão apurar se houve eventual falha de supervisão, omissão ou tratamento diferenciado diante de alertas e indícios que poderiam ter relação com o esquema que resultou nos desvios do INSS, com prejuízos bilionários a aposentados e pensionistas.

Nesse contexto, o requerimento mostra-se medida necessária, adequada e proporcional, com o objetivo de verificar eventual existência de movimentações financeiras atípicas, analisar eventual evolução patrimonial incompatível com rendimentos declarados no período e examinar comunicações financeiras relevantes constantes de RIFs que possam guardar relação com os fatos investigados por esta CPMI.

Desta forma, revela-se de grande relevância essas informações para subsidiar os trabalhos desta Comissão e desvendar o esquema de corrupção e desvio que drenou os recursos dos aposentados do país, razão pela qual solicitamos a aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, 23 de fevereiro de 2026.

Deputado Rogério Correia
(PT - MG)

